

SUMÁRIO

| | |
|--|----------|
| COMPETÊNCIA REGIMENTAL DO STJ PARA O JULGAMENTO DAS AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS..... | 1 |
| COMPETÊNCIA REGIMENTAL DO STF PARA O JULGAMENTO DAS AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS..... | 3 |
| Capítulo I – SEGURIDADE SOCIAL: CONCEITO, TEORIA, ORIGEM, FASES HISTÓRICAS E FONTES DE FINANCIAMENTO | 5 |
| 1 SEGURIDADE SOCIAL E CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO: SOLIDARIEDADE E DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA..... | 5 |
| 1.1 Conceito, fundamento e natureza jurídica | 5 |
| 1.2 Teoria do risco social (contingência) e da proteção estatal | 9 |
| 1.3 Origem e fases históricas | 12 |
| 1.4 Modelo Bismarckiano <i>versus</i> Modelo Beveridgiano | 14 |
| 1.5 Surgimento no Brasil: o marco da Lei Eloy Chaves..... | 15 |
| 2 REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS)..... | 15 |
| 2.1 Conceito, caráter obrigatório e contributivo | 15 |
| 2.2 Natureza solidária e de repartição simples versus o regime de capitalização: efeitos, implicações no sistema previdenciário e o <i>déficit</i> orçamentário..... | 16 |
| 2.3 Piso e teto do valor dos benefícios previdenciários pagos pelo RGPS..... | 19 |
| 2.4 Competência Legislativa Privativa da União sobre Seguridade Social..... | 20 |
| 3 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR..... | 20 |
| 4 REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS) | 21 |
| 5 FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL | 22 |
| 5.1 Natureza jurídica..... | 22 |
| 5.2 Contribuições da Seguridade Social Previdenciárias..... | 24 |
| 5.2.1 Cota patronal sobre a folha de pagamento | 24 |
| 5.2.2 Cota dos trabalhadores sobre o salário de contribuição..... | 25 |
| 5.3 Contribuições da Seguridade Social Não Previdenciárias..... | 26 |
| 5.3.1 Sobre a receita ou o faturamento..... | 26 |
| 5.3.2 Sobre o lucro | 27 |
| 5.3.3 Sobre o concurso de prognósticos | 28 |
| 5.3.4 Do importador de bens ou serviços do exterior | 28 |
| 5.4 Contribuições da Seguridade Social Residuais | 29 |
| 5.5 Contribuições Sociais Gerais..... | 30 |
| 5.6 Moratória, Remissão e Anistia das Contribuições Sociais | 30 |
| 5.7 Possibilidade de as Contribuições Sociais Serem Não Cumulativas | 31 |
| 5.8 Arrecadação | 31 |
| 5.9 Execução das Contribuições Sociais pela Justiça do Trabalho..... | 32 |
| 5.10 Consequências do Inadimplemento das Contribuições da Seguridade Social..... | 33 |
| 5.11 Imunidades das Entidades Beneficentes de Assistência Social..... | 34 |

| | | |
|------|--|----|
| 5.12 | Princípio da Noventena | 37 |
| 5.13 | Orçamento Próprio da Seguridade Social | 38 |
| 5.14 | Desvinculação de Receitas da União (DRU): A Reforma da Previdência (EC 103/2019) e o Déficit Orçamentário da Previdência Social..... | 38 |

Capítulo II – PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E INTERPRETATIVOS DA SEGURIDADE SOCIAL

| | | |
|-------|---|-----------|
| | DE SOCIAL | 41 |
| 1 | PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS GERAIS DA SEGURIDADE SOCIAL..... | 42 |
| 1.1 | Princípio da Dignidade da Pessoa Humana | 42 |
| 1.2 | Princípio da Solidariedade..... | 43 |
| 1.3 | Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição..... | 43 |
| 1.4 | Princípio da Ampla Defesa e do Contraditório | 44 |
| 2 | PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS ESPECÍFICOS DA SEGURIDADE SOCIAL..... | 46 |
| 2.1 | Princípio da Universalidade de Cobertura e de Atendimento..... | 46 |
| 2.2 | Princípio da Uniformidade e Equivalência dos Benefícios e Serviços Entre as Populações Urbanas e Rurais | 47 |
| 2.3 | Princípio da Seletividade e Distributividade na Prestação dos Benefícios e Serviços..... | 48 |
| 2.4 | Princípio da Irredutibilidade do Valor dos Benefícios..... | 49 |
| 2.5 | Princípio da Equidade na Forma de Participação no Custeio | 50 |
| 2.6 | Princípio da Diversidade da Base de Financiamento..... | 51 |
| 2.7 | Princípio do Caráter Democrático e Descentralizado da Administração por Meio da Gestão Quadripartite..... | 52 |
| 2.8 | Princípio da Prévia Fonte de Custeio (Regra da Contrapartida)..... | 53 |
| 2.9 | Princípio do Equilíbrio Financeiro e Atuarial..... | 54 |
| 3 | PRINCÍPIOS INTERPRETATIVOS DA SEGURIDADE SOCIAL..... | 54 |
| 3.1 | Princípio <i>Tempus Regit Actum</i> e Ultratividade | 54 |
| 3.2 | Princípio da Irretroatividade..... | 55 |
| 3.3 | Princípio da Aplicação Imediata da Norma Constitucional | 56 |
| 3.4 | Princípio da Retrospectividade..... | 56 |
| 3.5 | Princípio da Irrepetibilidade dos Benefícios Previdenciários..... | 57 |
| 3.5.1 | Forma de cobrança de valores indevidamente recebidos a título de benefícios previdenciários..... | 61 |
| 3.6 | Princípio da Proteção Social..... | 65 |
| 3.7 | Princípio do Direito ao Melhor Benefício | 66 |
| 3.8 | Princípio da Fungibilidade da Tutela Previdenciária | 66 |
| 3.9 | Princípio da Proibição de Interpretação Restritiva Sem Amparo Legal..... | 68 |

Capítulo III – DIREITO PREVIDENCIÁRIO: TEORIA GERAL DOS BENEFÍCIOS E DO CUSTEIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

| | | |
|-------|--|-----------|
| | CUSTEIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL | 69 |
| 1 | BENEFICIÁRIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL: SEGURADOS E DEPENDENTES | 69 |
| 1.1 | Conceito | 69 |
| 1.2 | Filiação <i>versus</i> Inscrição..... | 69 |
| 1.3 | Prestações Previdenciárias do RGPS: Benefícios e Serviços | 71 |
| 1.3.1 | Reabilitação Profissional | 71 |
| 1.3.2 | Serviço Social..... | 74 |
| 2 | SEGURADOS OBRIGATÓRIOS..... | 74 |
| 2.1 | Empregado | 74 |
| 2.2 | Empregado Doméstico | 79 |
| 2.3 | Trabalhador Avulso..... | 79 |
| 2.4 | Segurado Especial | 80 |
| 2.4.1 | Caracterização do regime de economia familiar..... | 81 |

| | | |
|-------|--|-----|
| 2.4.2 | Boia-fria..... | 91 |
| 2.4.3 | Pescador artesanal..... | 91 |
| 2.4.4 | Índios..... | 92 |
| 2.4.5 | Lei 13.846/2019 e o Cadastro dos Segurados Especiais..... | 92 |
| 2.5 | Contribuinte Individual..... | 92 |
| 2.6 | Beneficiário de Seguro-Desemprego..... | 97 |
| 3 | SEGURADO FACULTATIVO..... | 98 |
| 4 | DEPENDENTES..... | 100 |
| 4.1 | Conceito..... | 100 |
| 4.2 | Prestações Previdenciárias Devidas aos Dependentes..... | 100 |
| 4.3 | Forma de Comprovação da Qualidade de Dependente..... | 101 |
| 4.4 | Classes I, II e III dos Dependentes Previdenciários..... | 101 |
| 4.5 | Cônjuge..... | 102 |
| 4.6 | Companheiro(a), inclusive o Homoafetivo..... | 103 |
| 4.7 | Ex-Cônjuge ou Ex-Companheiro(a)..... | 108 |
| 4.8 | Concubinato de Longa Duração e Simultaneidade de Uniões Estáveis..... | 110 |
| 4.9 | Filho Menor de 21 Anos..... | 114 |
| 4.10 | Filho Inválido..... | 116 |
| 4.11 | Filho com Deficiência Mental, Intelectual ou Grave, nos Termos das Alterações Trazidas pela Lei 13.146/2015..... | 119 |
| 4.12 | Filhos Equiparados (Enteado e Menor Tutelado)..... | 125 |
| 4.13 | Menor Sob Guarda..... | 126 |
| 4.14 | Pessoa Designada..... | 129 |
| 4.15 | Pais..... | 130 |
| 4.16 | Avós..... | 130 |
| 4.17 | Madrasta e Padrasto..... | 131 |
| 4.18 | Pessoa Curatelada..... | 131 |
| 5 | REGRAS DOS DEPENDENTES..... | 132 |
| 5.1 | Regra da Classe Preferencial..... | 132 |
| 5.2 | Regra da Igualdade Dentro da Mesma Classe..... | 132 |
| 5.3 | Regra do Acréscimo da Cota Dentro da Mesma Classe..... | 132 |
| 5.4 | Regra da Presunção da Dependência Econômica para a Classe I e da Efetiva Comprovação para as Classes II e III..... | 136 |
| 5.4.1 | Presunção de dependência econômica da classe preferencial: regra absoluta ou relativa?..... | 137 |
| 5.4.2 | Interpretação conforme a Constituição do art. 16 da Lei 8.213/1991 para fins de caracterização da dependência previdenciária..... | 138 |
| 5.5 | Regra da Habilitação Tardia..... | 140 |
| 5.6 | Regra da Habilitação Provisória..... | 142 |
| 5.7 | Regra da Perda da Qualidade de Dependente por Indignidade..... | 145 |
| 5.8 | Regra da Perda da Qualidade de Dependente do Cônjuge/Companheira pela Prática de Simulação ou Fraude no Casamento/União Estável..... | 146 |
| 6 | QUALIDADE DE SEGURADO E PERÍODO DE GRAÇA..... | 147 |
| 6.1 | Conceito de Qualidade de Segurado..... | 147 |
| 6.2 | Formas de Comprovação da Qualidade de Segurado..... | 147 |
| 6.3 | Conceito do Período de Graça..... | 148 |
| 6.4 | Finalidade do Período de Graça..... | 149 |
| 6.5 | Duração do Período de Graça e Manutenção da Qualidade de Segurado..... | 149 |
| 6.6 | Prorrogação do Período de Graça..... | 152 |
| 6.7 | Contagem do Período de Graça..... | 154 |
| 6.8 | Projeção do Aviso Prévio no Período de Graça..... | 157 |

| | | |
|---------|---|-----|
| 6.9 | Perda da Qualidade de Segurado | 157 |
| 6.10 | Mitigação dos Efeitos da Perda da Qualidade de Segurado | 158 |
| 6.11 | Decreto 10.410/2020 e a Exigência de Complementação das Contribuições para a Aquisição e Manutenção da Qualidade de Segurado | 158 |
| 7 | CARÊNCIA | 160 |
| 7.1 | Conceito e a complementação das contribuições exigida para fins de carência pelo Decreto 10.410/2020 | 160 |
| 7.1.1 | Carência e sua Diferença de Tempo de Contribuição | 164 |
| 7.2 | Carência dos Benefícios | 167 |
| 7.3 | Isenção de Carência | 167 |
| 7.4 | Carência dos Segurados Especiais e Benefícios Devidos no Valor de 1 (um) Salário Mínimo | 168 |
| 7.5 | Formas de Comprovação da Carência | 171 |
| 7.6 | Termo Inicial da Contagem da Carência | 172 |
| 7.7 | Recolhimento em Atraso de Contribuições e Sua Consideração para Fins de Carência | 173 |
| 7.8 | Tempo do Segurado Trabalhador Rural Anterior à Lei 8.213/1991 | 175 |
| 7.9 | Tempo de Serviço do Aluno Aprendiz para Fins de Carência | 176 |
| 7.10 | Tempo de Serviço do Militar Obrigatório para Fins de Carência | 176 |
| 7.11 | Carência de Reingresso | 176 |
| 7.12 | Aplicação Indevida das Medidas Provisórias 739/2016, 767/2017 e 871/2019: Tema 176 da TNU contrário à decisão do STF na ADPF 216/DF | 179 |
| 8 | CUSTEIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL: SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO (SC) | 186 |
| 8.1 | Conceito | 186 |
| 8.2 | Segurados Obrigatórios e Facultativos | 186 |
| 8.3 | Limites Mínimo e Máximo do Salário de Contribuição | 189 |
| 8.4 | EC 103/2019: Complementação, Utilização e Agrupamento das Contribuições quando o Salário de Contribuição for Inferior ao Mínimo Legal | 190 |
| 8.5 | Extinção da Escala do Salário-Base pelas Leis 9.876/1999 e 10.666/2003 | 195 |
| 8.6 | Parcelas que Integram o Salário de Contribuição | 196 |
| 8.7 | Parcelas que Não Integram o Salário de Contribuição | 201 |
| 8.8 | Salário de Contribuição em Caso de Atividades Concomitantes | 209 |
| 8.9 | Alíquotas das Contribuições dos Trabalhadores sobre o Salário de Contribuição conforme a EC 103/2019 | 209 |
| 8.9.1 | Empregado, doméstico e trabalhador avulso | 210 |
| 8.9.2 | Contribuinte individual e segurado facultativo | 213 |
| 8.9.2.1 | Contribuinte individual filiado à cooperativa de trabalho | 216 |
| 8.9.2.2 | Contribuinte individual condutor autônomo de veículo rodoviário | 218 |
| 8.9.2.3 | Plano simplificado da previdência social dos contribuintes individuais e dos segurados facultativos | 219 |
| 8.9.3 | Segurado especial | 222 |
| 8.10 | Indenização para Contagem do Tempo de Serviço de Contribuições Alcançadas pela Decadência | 227 |
| 9 | CUSTEIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL: COTA PATRONAL A CARGO DOS EMPREGADORES, EMPRESAS E EQUIPARADOS | 231 |
| 9.1 | Empregador Doméstico | 231 |
| 9.2 | Empresa e Equiparados | 232 |
| 9.2.1 | Contribuição sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho | 232 |
| 9.2.2 | Contribuição para o SAT/GILRAT: parcela básica e adicional | 236 |
| 9.2.2.1 | Fator Acidentário de Prevenção (FAP) | 238 |
| 9.2.3 | Contribuição para o Sistema “S” | 240 |
| 9.2.4 | Contribuição sobre o 13.º salário dos empregados | 240 |
| 9.2.5 | Contribuição sobre a remuneração dos contribuintes individuais | 241 |

| | | |
|--|--|------------|
| 9.3 | Cooperativa de Produção..... | 241 |
| 9.4 | Cooperativa de Trabalho..... | 242 |
| 9.5 | Contribuição Substitutiva da Cota Patronal | 245 |
| 9.5.1 | Associações desportivas que mantém equipe de futebol profissional..... | 245 |
| 9.5.2 | Produtores rurais pessoas físicas..... | 246 |
| 9.5.3 | Produtores rurais pessoas jurídicas | 250 |
| 9.5.4 | Agroindústrias..... | 251 |
| 9.6 | A Desoneração da Folha de Pagamento..... | 252 |
| 9.7 | Contribuição Diferenciada das Empresas Optantes do Simples Nacional..... | 253 |
| 9.7.1 | MEI – Microempreendedor Individual..... | 253 |
| 9.7.2 | Inovação legal: o MEI rural..... | 254 |
| 9.8 | O Simples Nacional..... | 255 |
| 9.9 | A MP 955/2020 e a Revogação do Contrato de Trabalho Verde e Amarelo | 258 |
| 10 | SALÁRIO DE BENEFÍCIO (SB)..... | 258 |
| 10.1 | Conceito | 258 |
| 10.2 | Período Básico de Cálculo (PBC) | 261 |
| 10.3 | Benefícios Submetidos ao Cálculo do Salário de Benefício | 265 |
| 10.4 | Exclusão do Décimo Terceiro Salário do Cálculo do Salário de Benefício | 266 |
| 10.5 | Direito Adquirido ao Cálculo do Salário de Benefício com Base nas Regras Anteriores à Lei 9.876/1999 e à EC 103/2019..... | 267 |
| 10.6 | Exigência de Divisor Mínimo de 60% (art. 3.º, § 2.º, da Lei 9.876/1999) e a EC 103/2019 | 268 |
| 10.7 | EC 103/2019 e Alterações no Salário de Benefício do Auxílio-Doença | 271 |
| 10.8 | Salário de Benefício da Aposentadoria quando no PBC há recebimento de Benefício por Incapacidade: Alterações da Lei 13.135/2015 e da EC 103/2019 | 276 |
| 10.9 | Salário de Benefício do Segurado Especial..... | 281 |
| 10.10 | Salário de Benefício da Aposentadoria Precedida de Auxílio-Acidente..... | 283 |
| 10.11 | Fator Previdenciário | 283 |
| 10.12 | Lei 13.183/2015 (Progressividade do Sistema de Pontos) | 285 |
| 10.13 | CNIS – Cadastro Nacional de Informações do Segurado..... | 288 |
| 10.14 | Salário de Benefício no Caso de Atividades Concomitantes..... | 289 |
| 10.15 | EC 103/2019 e o Direito à Exclusão das Menores Contribuições do Salário de Benefício .. | 292 |
| 11 | CONTAGEM RECÍPROCA..... | 295 |
| 12 | EC 103/2019 E A VEDAÇÃO DE CONTAGEM DE TEMPO FICTO | 305 |
| 12.1 | Possibilidade de Utilização do Tempo Rural Anterior à Lei 8.213/91 mesmo após a vigência da EC 103/2019 | 307 |
| 12.2 | Cômputo do Tempo Rural exercido após a EC 103/2019 para fins de concessão da Aposentadoria Voluntária Rural do Segurado Especial..... | 309 |
| 12.3 | Forma de Contagem do Tempo Rural após a vigência da EC 103/2019 para fins de concessão da Aposentadoria Voluntária Híbrida | 309 |
| 12.4 | Proibição de Conversão de Tempo Especial em Comum após a vigência da EC 103/2019 ... | 310 |
| 12.5 | Tempo de Afastamento recebendo Benefício por Incapacidade intercalado com atividade laboral contributiva após a vigência da EC 103/2019 | 310 |
| 13 | A COBERTURA DE BENEFÍCIOS NÃO PROGRAMADOS PELO SETOR PRIVADO..... | 311 |
| Capítulo IV – BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS EM ESPÉCIE: TEORIA E PRÁTICA | | 313 |
| 1 | AUXÍLIO-DOENÇA (AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA)..... | 313 |
| 1.1 | Cabimento..... | 313 |
| 1.2 | Previsão Legal..... | 314 |
| 1.3 | Requisitos..... | 314 |
| 1.3.1 | Qualidade de segurado..... | 314 |
| 1.3.2 | Carência..... | 315 |

| | | |
|--------|---|-----|
| 1.3.3 | Cômputo das contribuições anteriores ao reingresso no RGPS para fins de carência | 315 |
| 1.3.4 | Isenção de carência | 315 |
| 1.3.5 | Incapacidade total e temporária e data do início da incapacidade (DII)..... | 317 |
| 1.3.6 | Incapacidade parcial e permanente | 317 |
| 1.3.7 | Sobre-esforço e direito ao auxílio-doença..... | 318 |
| 1.3.8 | Realização de perícias por delegação por médicos integrantes do SUS..... | 319 |
| 1.3.9 | Alterações trazidas pelo Decreto 8.691/2016: possibilidade de concessão ou prorrogação do auxílio-doença sem perícia do INSS | 320 |
| 1.4 | Tipos de Auxílio-doença: Previdenciário e Acidentário..... | 321 |
| 1.5 | Acidentes de Trabalho e Benefícios por Incapacidade..... | 322 |
| 1.5.1 | Acidente de trabalho típico (art. 19, Lei 8.213/1991) | 323 |
| 1.5.2 | Acidente de trabalho equiparado: doença profissional e doença do trabalho (art. 20, Lei 8.213/1991)..... | 323 |
| 1.5.3 | Acidente do trabalho: demais equiparações legais (art. 21, Lei 8.213/1991)..... | 324 |
| 1.5.4 | Situações que não são doenças do trabalho (art. 20, § 1.º, Lei 8.213/1991) | 326 |
| 1.5.5 | Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT)..... | 326 |
| 1.5.6 | Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP) | 327 |
| 1.6 | Beneficiários | 329 |
| 1.7 | “Doença” Preexistente | 329 |
| 1.8 | Data de Início do Benefício (DIB)..... | 330 |
| 1.9 | Prorrogação do Auxílio-Doença..... | 332 |
| 1.10 | Aspectos Trabalhistas do Auxílio-Doença..... | 332 |
| 1.10.1 | Suspensão <i>versus</i> interrupção do contrato de trabalho..... | 332 |
| 1.10.2 | Estabilidade provisória, direito à reintegração e indenização substitutiva..... | 333 |
| 1.10.3 | Recolhimento do FGTS..... | 334 |
| 1.10.4 | Auxílio-doença e manutenção de plano de saúde ou assistência médica | 334 |
| 1.11 | Data da Cessação do Benefício (DCB)..... | 335 |
| 1.12 | Obrigações do Segurado que Recebe Auxílio-Doença | 336 |
| 1.12.1 | Participação em processo de Reabilitação Profissional..... | 336 |
| 1.12.2 | Realização de exames e tratamento médico | 336 |
| 1.13 | Lei 13.457/2017 e a Alta Programada..... | 337 |
| 1.13.1 | Alta programada judicial..... | 339 |
| 1.13.2 | Prazo hipotético de 120 dias para cessação do benefício no caso de alta programada | 340 |
| 1.14 | Salário de Benefício (SB)..... | 341 |
| 1.15 | Renda Mensal Inicial (RMI) | 342 |
| 1.16 | Acumulação do Auxílio-Doença com Outros Benefícios | 342 |
| 1.17 | Revisão Administrativa de Auxílio-Doença Concedido Judicialmente | 343 |
| 1.18 | Segurado que Exerce Mais de Uma Atividade no RGPS | 343 |
| 1.19 | Restrições ao Recebimento do Auxílio-Doença ao Segurado Preso | 345 |
| 1.20 | Presença de Terceiros nas Perícias Médicas do INSS..... | 346 |
| 1.21 | Lei 13.876/2019 e a Limitação do Pagamento de 1 (uma) Perícia por Processo Judicial | 346 |
| 1.22 | Prazo Limite para o INSS realizar a Perícia e Concluir o Processo Administrativo: o Acordo Homologado no STF no Tema 1.066 da Repercussão Geral | 347 |
| 1.23 | Lei 13.982/2020 e a Antecipação do Auxílio-doença | 351 |
| 1.24 | Lei 13.989/2020 e o Uso da Telemedicina..... | 352 |
| 1.25 | Covid-19, Atividades Essenciais e Auxílio-doença Acidentário..... | 354 |
| 2 | PRÁTICA PREVIDENCIÁRIA DO AUXÍLIO-DOENÇA..... | 355 |
| 2.1 | Petição Inicial: Peça Processual Modelo (Concessão do benefício de Auxílio-Doença)..... | 355 |
| 2.2 | Fundamentos Jurídicos de Petições Iniciais Envolvendo Auxílio-Doença | 358 |

| | | |
|--------|---|-----|
| 2.2.1 | Restabelecimento de auxílio-doença cessado indevidamente por falta de incapacidade..... | 358 |
| 2.2.2 | Conversão de auxílio-doença em aposentadoria por incapacidade permanente.... | 358 |
| 2.2.3 | Concessão de auxílio-doença indeferido por perda da qualidade de segurado | 359 |
| 2.2.4 | Concessão de auxílio-doença indeferido por ausência de carência | 359 |
| 2.2.5 | Concessão de auxílio-doença em caso de incapacidade parcial e permanente | 359 |
| 2.2.6 | Cessação administrativa de auxílio-doença concedido judicialmente | 359 |
| 2.3 | Valor da Causa..... | 360 |
| 2.4 | Requerimento de Produção de Provas | 360 |
| 2.5 | Quesitos para Perícia..... | 360 |
| 2.6 | Impugnação do Laudo Pericial | 361 |
| 2.7 | Pedido de Tutela Antecipada | 362 |
| 2.8 | Sentença e Tutela Específica da Obrigação..... | 363 |
| 2.9 | Agravo de Instrumento | 363 |
| 2.10 | Apelação: Peça Processual..... | 364 |
| 2.11 | Recurso Especial: Peça Processual..... | 368 |
| 2.12 | Cumprimento de Sentença Contra o INSS: Peça Processual | 371 |
| 3 | APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE..... | 372 |
| 3.1 | Cabimento..... | 372 |
| 3.2 | Previsão Legal..... | 373 |
| 3.3 | Requisitos | 373 |
| 3.3.1 | Qualidade de segurado | 373 |
| 3.3.2 | Carência..... | 373 |
| 3.3.3 | Cômputo das contribuições anteriores ao reingresso no RGPS para fins de carência | 373 |
| 3.3.4 | Isenção de carência | 373 |
| 3.3.5 | Incapacidade total e permanente | 374 |
| 3.3.6 | Teoria da incapacidade social..... | 374 |
| 3.4 | Realização de Perícias por Delegação..... | 377 |
| 3.5 | Tipos de Aposentadoria por Incapacidade Permanente: Previdenciária e Acidentária | 377 |
| 3.6 | Beneficiários | 378 |
| 3.7 | “Doença” Pré-Existente | 379 |
| 3.8 | Data de Início do Benefício (DIB)..... | 379 |
| 3.9 | Data da Cessação do Benefício (DCB)..... | 380 |
| 3.10 | Mensalidades de Recuperação..... | 381 |
| 3.11 | Aspectos Trabalhistas da Aposentadoria por Incapacidade permanente..... | 384 |
| 3.11.1 | Suspensão do contrato de trabalho e direito de retorno ao emprego..... | 384 |
| 3.11.2 | Fechamento da empresa e extinção da relação empregatícia | 386 |
| 3.11.3 | Aposentadoria por incapacidade permanente e manutenção de plano de saúde ou assistência médica | 387 |
| 3.11.4 | Aposentadoria por incapacidade permanente acidentária e depósitos do FGTS.... | 387 |
| 3.12 | Salário de Benefício (SB)..... | 388 |
| 3.13 | Renda Mensal Inicial (RMI) | 388 |
| 3.14 | Adicional de 25% à RMI (Adicional de Grande Invalidez ou Auxílio-Acompanhante) | 392 |
| 3.14.1 | Extensão do adicional de 25% para outros tipos de aposentadoria..... | 393 |
| 3.15 | Obrigações do Segurado que Recebe Aposentadoria por Incapacidade permanente | 395 |
| 3.16 | Acumulação da Aposentadoria por Incapacidade permanente com Outros Benefícios..... | 397 |
| 4 | PRÁTICA PREVIDENCIÁRIA DA APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE..... | 397 |
| 4.1 | Petição Inicial: Peça Processual Modelo (Concessão do Benefício de Aposentadoria por Incapacidade Permanente) | 397 |

| | | |
|-------|---|-----|
| 4.2 | Fundamentos Jurídicos e Jurisprudenciais de Petições Iniciais Envolvendo Aposentadoria por Incapacidade permanente..... | 400 |
| 4.2.1 | Conversão de auxílio-doença em aposentadoria por incapacidade permanente.... | 400 |
| 4.2.2 | Cessação administrativa de aposentadoria por incapacidade permanente concedida judicialmente..... | 400 |
| 4.2.3 | Concessão de aposentadoria por incapacidade permanente em caso de incapacidade parcial e permanente | 401 |
| 4.2.4 | Concessão do adicional de 25% | 401 |
| 4.3 | Valor da Causa..... | 401 |
| 4.4 | Requerimento de Produção de Provas | 401 |
| 4.5 | Quesitos para Perícia | 402 |
| 4.6 | Impugnação do Laudo Pericial | 402 |
| 4.7 | Pedido de Tutela Antecipada..... | 402 |
| 4.8 | Sentença e Tutela Específica da Obrigação..... | 402 |
| 4.9 | Agravo de Instrumento | 402 |
| 4.10 | Apelação: Fundamentos Jurídicos | 402 |
| 4.11 | Recurso Extraordinário: Peça Processual | 402 |
| 4.12 | Cumprimento de Sentença: Fundamentos Jurídicos..... | 406 |
| 5 | AUXÍLIO-ACIDENTE..... | 406 |
| 5.1 | Cabimento..... | 406 |
| 5.2 | Previsão Legal..... | 409 |
| 5.3 | Requisitos..... | 409 |
| 5.3.1 | Qualidade de Segurado | 409 |
| 5.3.2 | Acidente de Qualquer Natureza | 410 |
| 5.3.3 | Redução da capacidade laborativa para o trabalho habitual | 410 |
| 5.3.4 | Reversibilidade da doença ocupacional e direito ao auxílio-acidente | 411 |
| 5.3.5 | Lesão mínima e direito ao auxílio-acidente..... | 411 |
| 5.4 | Beneficiários | 411 |
| 5.4.1 | Segurado especial e direito ao auxílio-acidente | 412 |
| 5.5 | Deficiência Auditiva (Disacusia) e Nexo Causal com o Trabalho..... | 412 |
| 5.5.1 | Deficiência auditiva (disacusia) e Tabela de Fowler | 413 |
| 5.6 | Data de Início do Benefício (DIB)..... | 414 |
| 5.7 | Data da Cessação do Benefício (DCB)..... | 415 |
| 5.8 | Salário de Benefício (SB)..... | 415 |
| 5.9 | Renda Mensal Inicial (RMI) | 416 |
| 5.10 | Aplicação do Princípio <i>Tempus Regit Actum</i> à Lei 9.032/1995 | 417 |
| 5.11 | Auxílio-Acidente e Acumulação com Outros Benefícios..... | 418 |
| 5.12 | Competência para julgamento do Auxílio-Acidente | 421 |
| 6 | PRÁTICA PREVIDENCIÁRIA DO AUXÍLIO-ACIDENTE..... | 421 |
| 6.1 | Petição Inicial: Peça Processual Modelo (Concessão do Benefício de Auxílio-Acidente) ... | 421 |
| 6.2 | Fundamentos Jurídicos e Jurisprudenciais de Petições Iniciais Envolvendo Auxílio-Acidente..... | 424 |
| 6.2.1 | Concessão de auxílio-acidente indeferido por perda da qualidade de segurado | 424 |
| 6.2.2 | Restabelecimento de auxílio-acidente cessado indevidamente..... | 424 |
| 6.2.3 | Cumulação de auxílio-acidente com aposentadoria..... | 424 |
| 6.2.4 | Concessão de auxílio-acidente no caso de lesão mínima | 425 |
| 6.3 | Valor da Causa | 425 |
| 6.4 | Requerimento de Produção de Provas | 425 |
| 6.5 | Quesitos para Perícia | 425 |
| 6.6 | Impugnação do Laudo Pericial | 425 |
| 6.7 | Pedido de Tutela Antecipada..... | 425 |

| | | |
|--------|--|-----|
| 6.8 | Sentença e Tutela Específica da Obrigação..... | 425 |
| 6.9 | Agravo de Instrumento | 425 |
| 6.10 | Apelação: Fundamentos Jurídicos | 426 |
| 6.11 | Recurso Especial: Peça Processual..... | 426 |
| 6.12 | Cumprimento de Sentença: Fundamentos Jurídicos..... | 429 |
| 7 | SALÁRIO-FAMÍLIA..... | 429 |
| 7.1 | Cabimento..... | 429 |
| 7.2 | Previsão Legal..... | 430 |
| 7.3 | Requisitos..... | 430 |
| 7.3.1 | Critério da baixa renda..... | 430 |
| 7.3.2 | Filhos ou equiparados até 14 anos ou inválidos de qualquer idade | 431 |
| 7.4 | Beneficiários | 431 |
| 7.5 | Restrições ao Recebimento do Salário-Família Trazidas pelo Regulamento | 432 |
| 7.6 | Modificação do Valor da Cota do Salário-Família pela EC 103/2019 e Responsabilidade pelo Pagamento | 433 |
| 7.7 | Especificidades do Salário-Família do Empregado Doméstico | 435 |
| 7.8 | Data de Início do Benefício (DIB)..... | 436 |
| 7.9 | Data da Cessação do Benefício (DCB)..... | 436 |
| 7.10 | Salário-Família e Acumulação com Outros Benefícios | 437 |
| 8 | PRÁTICA PREVIDENCIÁRIA DO SALÁRIO-FAMÍLIA..... | 437 |
| 8.1 | Petição Inicial: Peça Processual Modelo (Implantação do Benefício de Salário-Família) ... | 437 |
| 8.2 | Fundamentos Jurídicos e Jurisprudenciais de Petições Iniciais Envolvendo Salário-Família | 440 |
| 8.2.1 | Restabelecimento de salário-família em relação a filho inválido maior de 14 anos | 440 |
| 8.3 | Valor da Causa..... | 440 |
| 8.4 | Requerimento de Produção de Provas | 440 |
| 8.5 | Pedido de Tutela Antecipada..... | 440 |
| 8.6 | Sentença e Tutela Específica da Obrigação..... | 440 |
| 8.7 | Agravo de Instrumento | 440 |
| 8.8 | Apelação | 441 |
| 8.9 | Recurso Especial e Recurso Extraordinário | 441 |
| 8.10 | Cumprimento de Sentença | 441 |
| 9 | ABONO ANUAL | 441 |
| 9.1 | Cabimento..... | 441 |
| 9.2 | Previsão Legal..... | 441 |
| 9.3 | Beneficiários | 441 |
| 9.4 | Forma de Cálculo..... | 441 |
| 10 | PENSÃO POR MORTE | 442 |
| 10.1 | Cabimento..... | 442 |
| 10.2 | Previsão Legal..... | 442 |
| 10.3 | Requisitos..... | 442 |
| 10.3.1 | Óbito do segurado..... | 443 |
| 10.3.2 | Qualidade de segurado e Súmula 416 do STJ..... | 443 |
| 10.3.3 | Qualidade de dependente | 446 |
| 10.4 | Recolhimento <i>Post Mortem</i> de Contribuições Previdenciárias Pelos Dependentes | 446 |
| 10.5 | Carência..... | 447 |
| 10.6 | Beneficiários | 448 |
| 10.7 | Data de Início do Benefício (DIB)..... | 448 |
| 10.7.1 | DIB em caso de Dependente Absolutamente Incapaz | 449 |
| 10.7.2 | DIB em caso de Dependente Relativamente Incapaz..... | 453 |

| | | |
|---------|--|-----|
| 10.8 | Lei 10.135/2015 e as Alterações Trazidas no Prazo de Duração da Pensão por Morte do Cônjuge/Companheiro(a)..... | 458 |
| 10.8.1 | Caso, na data do óbito, o segurado tenha vertido 18 contribuições e o casamento/união estável tenha duração de, no mínimo, 2 anos..... | 458 |
| 10.8.2 | Caso, na data do óbito, o segurado NÃO tenha realizado 18 contribuições ou o casamento/união estável NÃO tenha duração de, no mínimo, 2 anos | 460 |
| 10.8.3 | Caso, na data do óbito, o cônjuge/companheiro seja inválido ou com deficiência | 460 |
| 10.8.4 | Caso o óbito do segurado tenha ocorrido por acidente de qualquer natureza ou doença profissional ou do trabalho..... | 461 |
| 10.8.5 | Início da vigência das alterações realizadas pela Lei 13.135/2015..... | 461 |
| 10.8.6 | Análise da constitucionalidade das alterações trazidas pela Lei 10.135/2015 na pensão por morte do cônjuge/companheiro | 462 |
| 10.9 | Aplicação dos Requisitos da Lei 13.135/2015 a Ex-cônjuge ou ex-companheira(o) | 465 |
| 10.9.1 | MP 871/2019 convertida na Lei 13.846/2019 e o prazo de recebimento da Pensão pelo ex-cônjuge ou ex-companheira(o) | 467 |
| 10.10 | Data da Cessação do Benefício (DCB)..... | 468 |
| 10.11 | Data da Cessação da Cota Individual..... | 468 |
| 10.11.1 | Data da Cessação da Cota-parte do Cônjuge/Companheiro(a) | 469 |
| 10.12 | Renda Mensal Inicial (RMI) | 470 |
| 10.12.1 | Piso do valor da pensão por morte de um salário mínimo | 476 |
| 10.13 | Pensão Provisória em Caso de Morte Presumida | 478 |
| 10.14 | Pensão por Morte do Pensionista com Deficiência que Retorna ao Trabalho..... | 479 |
| 10.15 | Pensão por Morte e Acumulação com Outros Benefícios..... | 480 |
| 10.15.1 | Aplicação do Direito Adquirido às Regras de Acumulação em face do Princípio da Irredutibilidade do Valor Nominal do Benefício..... | 482 |
| 10.15.2 | Escolha pela pensão por morte mais favorável em face das alterações trazidas pela Lei 13.135/2015..... | 484 |
| 10.16 | Competência para julgamento de Pensão por Morte decorrente de Acidente do Trabalho | 485 |
| 11 | PRÁTICA PREVIDENCIÁRIA DA PENSÃO POR MORTE..... | 485 |
| 11.1 | Petição Inicial: Peça Processual Modelo (Concessão do Benefício de Pensão por Morte) .. | 485 |
| 11.2 | Fundamentos Jurídicos e Jurisprudenciais de Petições Iniciais Envolvendo Pensão por Morte | 488 |
| 11.2.1 | Concessão de pensão por morte à companheira com reconhecimento da união estável..... | 488 |
| 11.2.2 | Concessão de pensão por morte a ex-cônjuge | 489 |
| 11.2.3 | Concessão de pensão por morte ao filho menor e emancipado | 489 |
| 11.2.4 | Concessão de pensão por morte ao menor sob guarda | 489 |
| 11.2.5 | Concessão de pensão por morte a filho equiparado..... | 489 |
| 11.3 | Valor da Causa..... | 489 |
| 11.4 | Requerimento de Produção de Provas | 490 |
| 11.5 | Pedido de Tutela Antecipada | 490 |
| 11.6 | Sentença e Tutela Específica da Obrigação..... | 490 |
| 11.7 | Agravo de Instrumento: Peça Processual..... | 490 |
| 11.8 | Apelação: Fundamentos Jurídicos | 494 |
| 11.9 | Recurso Especial e Recurso Extraordinário: Fundamentos Jurídicos..... | 494 |
| 11.10 | Cumprimento de Sentença: Fundamentos Jurídicos..... | 494 |
| 12 | AUXÍLIO-RECLUSÃO | 494 |
| 12.1 | Cabimento..... | 494 |
| 12.2 | Previsão Legal..... | 496 |
| 12.3 | Requisitos..... | 496 |
| 12.3.1 | Prisão do segurado..... | 496 |
| 12.3.2 | Carência..... | 497 |

| | | |
|--------|---|-----|
| 12.3.3 | Qualidade de segurado | 498 |
| 12.3.4 | Critério da baixa renda | 498 |
| 12.3.5 | Não receber remuneração da empresa nem estar em gozo de auxílio-doença, pensão por morte, salário-maternidade, aposentadoria ou abono de permanência em serviço | 501 |
| 12.3.6 | Qualidade de dependente | 503 |
| 12.4 | Beneficiários | 503 |
| 12.5 | Data de Início do Benefício (DIB) | 503 |
| 12.6 | Data da Cessação do Benefício (DCB) | 504 |
| 12.7 | Renda Mensal Inicial (RMI) | 504 |
| 12.8 | Fuga do Segurado da Prisão | 505 |
| 12.9 | Flexibilização do Critério da Baixa Renda à Luz do Princípio da Proteção Social | 507 |
| 12.10 | Alterações Trazidas pela Lei 13.135/2015 na Pensão por Morte e Sua Aplicação no Auxílio-Reclusão | 508 |
| 12.11 | Preso que Exerce Atividade Remunerada | 510 |
| 12.12 | Concessão do Auxílio-Reclusão Quando o Segurado(a) Receba Salário-Maternidade ou Pensão por Morte | 510 |
| 12.13 | Verbas Rescisórias Excluídas para Fins de Auferir o Critério da Baixa Renda do Segurado | 512 |
| 12.14 | Segurado em Prisão Domiciliar | 512 |
| 12.15 | Segurado Usando Tornozeleira Eletrônica | 512 |
| 12.16 | Morte do Segurado Recluso e Valor da Pensão por Morte | 513 |
| 13 | PRÁTICA PREVIDENCIÁRIA DO AUXÍLIO-RECLUSÃO | 513 |
| 13.1 | Petição Inicial: Peça Processual Modelo (Concessão do Benefício de Auxílio-Reclusão) .. | 513 |
| 13.2 | Fundamentos Jurídicos e Jurisprudenciais de Petições Iniciais Envolvendo Auxílio-Reclusão | 516 |
| 13.2.1 | Concessão de auxílio-reclusão com a flexibilização do critério da baixa renda | 517 |
| 13.3 | Valor da Causa | 517 |
| 13.4 | Requerimento de Produção de Provas | 517 |
| 13.5 | Pedido de Tutela Antecipada | 517 |
| 13.6 | Sentença e Tutela Específica da Obrigação | 517 |
| 13.7 | Agravo de Instrumento | 517 |
| 13.8 | Embargos de Declaração com Efeitos Infringentes: Noções Gerais e Peça Processual | 517 |
| 13.9 | Apelação: Fundamentos Jurídicos | 521 |
| 13.10 | Recurso Especial e Recurso Extraordinário: Fundamentos Jurídicos | 521 |
| 13.11 | Cumprimento de Sentença | 521 |
| 14 | BPC/LOAS | 521 |
| 14.1 | Cabimento | 522 |
| 14.2 | Previsão Legal | 522 |
| 14.3 | Requisitos do BPC/LOAS do Idoso | 522 |
| 14.3.1 | Requisito etário (idade mínima) | 522 |
| 14.3.2 | Requisito da Miserabilidade (renda familiar mínima <i>per capita</i>) | 522 |
| 14.3.3 | Inscrição no CPF e no Cadastro Único | 527 |
| 14.4 | Requisitos do BPC/LOAS da Pessoa com Deficiência | 527 |
| 14.4.1 | Portaria conjunta MDS/INSS 02/2015 e a caracterização da deficiência para fins de recebimento do BPC/LOAS | 527 |
| 14.4.2 | Caracterização do Impedimento de Longo Prazo da Pessoa com Deficiência | 534 |
| 14.4.3 | Possibilidade de Concessão do BPC/LOAS no caso de Incapacidade Temporária .. | 535 |
| 14.4.4 | Requisito da Miserabilidade (renda familiar mínima <i>per capita</i>) | 536 |
| 14.4.5 | Inscrição no CPF e no Cadastro Único | 536 |
| 14.5 | Composição do Núcleo Familiar para Fins de Concessão do BPC/LOAS e Apuração da Renda Familiar nos Termos da Lei 12.435/2011 | 536 |

| | | |
|----------|--|-----|
| 14.6 | Exclusão de Rendimentos para Fins de Concessão do BPC/LOAS | 537 |
| 14.7 | Data de Início do Benefício (DIB)..... | 540 |
| 14.8 | Data da Cessação do Benefício (DCB)..... | 540 |
| 14.9 | Renda Mensal Inicial (RMI) | 541 |
| 14.10 | Peculiaridades do BPC/LOAS | 541 |
| 14.11 | BPC/LOAS Temporário para as Crianças com Microcefalia provocado pelo Zika Vírus.... | 541 |
| 14.12 | Suspensão do BPC/LOAS no caso de Trabalho Remunerado, salvo na Contratação de Aprendiz com Deficiência..... | 541 |
| 15 | PRÁTICA PREVIDENCIÁRIA DO BPC/LOAS | 542 |
| 15.1 | Petição Inicial: Peça Processual Modelo (Concessão do BPC/LOAS)..... | 542 |
| 15.2 | Fundamentos Jurídicos e Jurisprudenciais de Petições Iniciais Envolvendo BPC/LOAS | 545 |
| 15.2.1 | Exclusão da renda de membro da família que recebe BPC/LOAS da pessoa com deficiência | 545 |
| 15.2.2 | Cessação de BPC/LOAS mediante a flexibilização do critério da renda para fins de apuração do requisito da miserabilidade | 545 |
| 15.3 | Valor da Causa..... | 546 |
| 15.4 | Requerimento de Produção de Provas | 546 |
| 15.5 | Pedido de Tutela Antecipada..... | 546 |
| 15.6 | Sentença e Tutela Específica da Obrigação..... | 546 |
| 15.7 | Agravo de Instrumento | 546 |
| 15.8 | Recurso Inominado: Peça Processual..... | 546 |
| 16 | SALÁRIO-MATERNIDADE..... | 549 |
| 16.1 | Cabimento..... | 549 |
| 16.2 | Previsão Legal..... | 549 |
| 16.3 | Requisitos..... | 550 |
| 16.3.1 | Parto, adoção, guarda judicial para fins de adoção e aborto não criminoso..... | 550 |
| 16.3.2 | Qualidade de segurado..... | 551 |
| 16.3.3 | Carência..... | 551 |
| 16.3.3.1 | Cômputo das contribuições anteriores ao reingresso no RGPS para fins de carência | 552 |
| 16.4 | Prazo de Duração do Salário-Maternidade | 552 |
| 16.4.1 | Prorrogação do prazo em caso de gravidez de risco..... | 554 |
| 16.4.2 | Prorrogação do prazo em caso de empregada quando a empresa aderir ao programa empresa cidadã..... | 556 |
| 16.4.3 | Situação envolvendo Criança com Microcefalia decorrente de Zika Vírus..... | 556 |
| 16.5 | Beneficiários | 556 |
| 16.5.1 | Salário-maternidade devido à empregada doméstica | 557 |
| 16.5.2 | Salário-maternidade devido ao cônjuge ou companheiro sobrevivente em caso de falecimento do beneficiário..... | 557 |
| 16.6 | Responsabilidade pelo Pagamento do Salário-Maternidade..... | 558 |
| 16.7 | Direito ao Salário-Maternidade à Segurada Desempregada em Período de Graça | 559 |
| 16.8 | Estabilidade da Gestante Empregada | 560 |
| 16.9 | Pagamento do Salário-Maternidade nos Casos de Violação da Estabilidade da Gestante Empregada | 561 |
| 16.10 | Data de Início do Benefício (DIB)..... | 564 |
| 16.11 | Data da Cessação do Benefício (DCB)..... | 565 |
| 16.12 | Salário-Maternidade Integrante do Salário de Contribuição..... | 565 |
| 16.13 | Renda Mensal Inicial (RMI) | 565 |
| 16.13.1 | Possibilidade de a RMI superar o teto da previdência social em caso de empregada | 566 |
| 16.14 | Acumulação do Salário-Maternidade com Outros Benefícios | 566 |
| 16.15 | Exigência de Afastamento do Trabalho | 567 |

| | | |
|--------|--|-----|
| 16.16 | MP 871/2019 e o Prazo Decadencial para o requerimento do Salário-maternidade | 567 |
| 17 | PRÁTICA PREVIDENCIÁRIA DO SALÁRIO-MATERNIDADE..... | 568 |
| 17.1 | Petição Inicial: Peça Processual Modelo (Concessão do Salário-maternidade em Período de Graça em Razão de Violação da Estabilidade Gestante) | 568 |
| 17.2 | Valor da Causa..... | 570 |
| 17.3 | Requerimento de Produção de Provas | 571 |
| 17.4 | Pedido de Tutela Antecipada | 571 |
| 17.5 | Sentença e Tutela Específica da Obrigação | 571 |
| 17.6 | Agravo de Instrumento | 571 |
| 18 | APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA RURAL | 571 |
| 18.1 | Cabimento..... | 571 |
| 18.2 | Previsão Legal..... | 572 |
| 18.3 | Beneficiários | 572 |
| 18.4 | Situação do Garimpeiro | 574 |
| 18.5 | Requisitos | 574 |
| 18.5.1 | Requisito etário (idade mínima) | 575 |
| 18.5.2 | Carência (comprovação do exercício da atividade rural) | 576 |
| 18.6 | Regra de Transição do art. 143 da Lei 8.213/1991 | 579 |
| 18.7 | Regra de Transição do art. 3.º da Lei 11.718/2008..... | 581 |
| 18.8 | Necessidade de Preenchimento Simultâneo da Idade Mínima e do Exercício da Atividade Rural..... | 584 |
| 18.9 | Regras para Comprovação do Tempo Rural..... | 585 |
| 18.9.1 | Início de prova material contemporânea | 586 |
| 18.9.2 | Força ampliativa da prova testemunhal idônea não exclusiva | 586 |
| 18.9.3 | Lei 13.846/2019 e o Cadastro dos Segurados Especiais | 589 |
| 18.9.4 | O Procedimento do INSS de Ratificação Total ou Parcial da Autodeclaração | 594 |
| 18.9.5 | Rol exemplificativo da prova documental..... | 597 |
| 18.9.6 | Termo inicial do trabalho rural..... | 598 |
| 18.9.7 | Extensão da prova documental em nome do genitor ou do marido para os demais membros do grupo familiar..... | 600 |
| 18.9.8 | Declaração de ex-empregador rural | 601 |
| 18.9.9 | Comprovação do tempo rural exercido pelo boia-fria..... | 601 |
| 18.10 | Data de Início do Benefício (DIB) | 602 |
| 18.11 | Data de Cessação do Benefício (DCB)..... | 602 |
| 18.12 | Salário de Benefício (SB)..... | 602 |
| 18.13 | Renda Mensal Inicial (RMI)..... | 602 |
| 19 | PRÁTICA PREVIDENCIÁRIA DA APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA RURAL..... | 603 |
| 19.1 | Petição Inicial: Peça Processual Modelo (Concessão de Aposentadoria Voluntária Rural) | 603 |
| 19.2 | Valor da Causa | 606 |
| 19.3 | Requerimento de Produção de Provas | 606 |
| 19.4 | Pedido de Tutela Antecipada | 606 |
| 19.5 | Sentença e Tutela Específica da Obrigação..... | 606 |
| 19.6 | Agravo de Instrumento | 606 |
| 20 | APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA URBANA..... | 606 |
| 20.1 | Cabimento..... | 606 |
| 20.2 | Previsão Legal..... | 608 |
| 20.3 | Beneficiários | 609 |
| 20.4 | Requisitos – Regra Geral: Art. 19 da EC 103/2019..... | 609 |
| 20.4.1 | Requisito etário (idade mínima) | 609 |
| 20.4.2 | Carência e Tempo de Contribuição | 611 |
| 20.5 | Regra de transição da carência do art. 142 da Lei 8.213/1991 | 613 |

| | | |
|---------|--|-----|
| 20.6 | Desnecessidade de preenchimento simultâneo da idade mínima e da carência para a incidência da regra de transição do art. 142 da Lei 8.213/1991 | 613 |
| 20.7 | Impossibilidade de preenchimento da carência mediante tempo ficto decorrente de conversão de tempo especial em comum..... | 614 |
| 20.8 | Desnecessidade de qualidade de segurado | 615 |
| 20.9 | Reconhecimento do tempo de serviço do aluno aprendiz | 616 |
| 20.10 | Reconhecimento do tempo de serviço do militar obrigatório | 617 |
| 20.11 | Inclusão do salário de benefício do auxílio-doença como salário de contribuição para a concessão da aposentadoria voluntária..... | 618 |
| 20.12 | Regras para a comprovação do tempo de contribuição: início de prova material contemporânea ao trabalho..... | 618 |
| 20.13 | Sentença da Justiça do Trabalho e Início de Prova Material | 621 |
| 20.14 | Data de Início do Benefício (DIB)..... | 622 |
| 20.15 | Data de Cessação do Benefício (DCB)..... | 623 |
| 20.16 | Possibilidade de o Segurado Continuar Trabalhando Mesmo Aposentado..... | 623 |
| 20.17 | Aposentadoria Compulsória | 623 |
| 20.18 | Salário de Benefício (SB)..... | 625 |
| 20.18.1 | Direito à Exclusão das Menores Contribuições do Salário de Benefício | 626 |
| 20.19 | Renda Mensal Inicial (RMI) | 626 |
| 20.20 | Conversão da Aposentadoria por Invalidez em Aposentadoria por Idade | 629 |
| 20.21 | Regras de Transição da Aposentadoria Voluntária Trazidas pela EC 103/2019 | 630 |
| 20.21.1 | Regra de Transição 1: Art. 18 da EC 103/2019 (aposentadoria por idade) | 631 |
| 20.21.2 | Regra de Transição 2: Art. 15 da EC 103/2019 (sistema de pontos)..... | 633 |
| 20.21.3 | Regra de Transição 3: Art. 16 da EC 103/2019 (idade mínima) | 638 |
| 20.21.4 | Regra de Transição 4: Art. 17 da EC 103/2019 (pedágio de 50%) | 640 |
| 20.21.5 | Regra de Transição 5: Art. 20 da PEC 103/2019 (pedágio de 100%)..... | 643 |
| 21 | APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA HÍBRIDA OU MISTA | 645 |
| 21.1 | Cabimento..... | 645 |
| 21.2 | Previsão Legal..... | 646 |
| 21.3 | Finalidade..... | 646 |
| 21.4 | Beneficiários | 647 |
| 21.5 | Requisitos..... | 647 |
| 21.5.1 | Idade mínima..... | 647 |
| 21.5.2 | Carência e Tempo de Contribuição | 648 |
| 21.6 | Desnecessidade de o Segurado Estar Laborando no Campo para Requerer a Aposentadoria voluntária híbrida..... | 651 |
| 21.7 | Data de Início do Benefício (DIB)..... | 652 |
| 21.8 | Data de Cessação do Benefício (DCB)..... | 652 |
| 21.9 | Salário de Benefício (SB)..... | 652 |
| 21.10 | Renda Mensal Inicial (RMI) | 653 |
| 21.11 | Utilização de Tempo Rural Remoto para Fins de Concessão da Aposentadoria voluntária híbrida | 654 |
| 21.12 | Exigência do INSS de que Haja a Manutenção da Qualidade de Segurado | 657 |
| 21.13 | Aposentadoria voluntária híbrida da Pessoa com Deficiência..... | 658 |
| 22 | APOSENTADORIA EXCLUSIVAMENTE POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO..... | 658 |
| 22.1 | Cabimento..... | 658 |
| 22.2 | Previsão Legal..... | 659 |
| 22.3 | Beneficiários | 659 |
| 22.4 | Requisitos..... | 660 |
| 22.4.1 | Carência..... | 660 |
| 22.4.2 | Tempo de contribuição..... | 661 |

| | | |
|----------|---|-----|
| 22.4.2.1 | Tempo rural não contributivo anterior à Lei 8.213/1991 | 661 |
| 22.4.3 | Desnecessidade de qualidade de segurado | 662 |
| 22.4.4 | Desnecessidade de idade mínima | 662 |
| 22.5 | Data de Início do Benefício (DIB) | 662 |
| 22.6 | Data de Cessação do Benefício (DCB)..... | 662 |
| 22.7 | Salário de Benefício (SB) e Regra 85/95 ou da Progressividade do Sistema de Pontos Trazida pela Lei 13.183/2015 | 663 |
| 22.8 | Renda Mensal Inicial (RMI)..... | 663 |
| 22.9 | Regras para a Comprovação do Tempo de Contribuição: Início de Prova Material Contemporânea ao Trabalho | 663 |
| 22.10 | Sentença da Justiça do Trabalho e Início de Prova Material | 663 |
| 22.11 | Reconhecimento do Tempo de Serviço do Aluno Aprendiz..... | 663 |
| 22.12 | Reconhecimento do Tempo de Serviço do Militar..... | 663 |
| 22.13 | Regra de Transição para a Aposentadoria Integral Trazida pela EC 20/1998 e Pedágio de 20%..... | 663 |
| 23 | APOSENTADORIA DO PROFESSOR | 664 |
| 23.1 | Cabimento..... | 664 |
| 23.2 | Previsão Legal..... | 664 |
| 23.3 | Beneficiários | 665 |
| 23.4 | Natureza Jurídica..... | 665 |
| 23.5 | Requisitos – Regra Geral (Art. 19, § 1.º, II, EC 103/2019) | 666 |
| 23.5.1 | Idade Mínima | 666 |
| 23.5.2 | Carência e Tempo de contribuição exercido na função de magistério na educação infantil, ensino fundamental e médio..... | 667 |
| 23.6 | Comprovação da Atividade de Professor..... | 668 |
| 23.7 | Cômputo do Tempo de Contribuição do Professor Prestado Fora de Sala de Aula | 668 |
| 23.8 | Data de Início do Benefício (DIB)..... | 669 |
| 23.9 | Data de Cessação do Benefício (DCB)..... | 669 |
| 23.10 | Salário de Benefício (SB) e Aplicação do Fator Previdenciário antes da EC 103/2019 | 669 |
| 23.11 | Renda Mensal Inicial (RMI)..... | 671 |
| 23.12 | Conversão de Atividade Especial do Professor em Tempo Comum Até a data da Entrada em Vigor da EC 18/1981 | 672 |
| 23.13 | Regra Transitória para a Aposentadoria do Professor Trazida pelo art. 9.º, § 2.º, da EC 20/1998..... | 672 |
| 23.14 | Regra de Transição do Art. 15, § 3.º, da EC 103/2019 (sistema de pontos para o professor) | 674 |
| 23.15 | Regra de Transição do Art. 16, § 2.º, da EC 103/2019 (idade mínima do professor) | 677 |
| 23.16 | Regra de Transição do Art. 20, § 1.º, da EC 103/2019 (pedágio de 100% para o professor) | 680 |
| 24 | APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO PROPORCIONAL | 683 |
| 24.1 | Cabimento..... | 683 |
| 24.2 | Previsão Legal..... | 683 |
| 24.3 | Beneficiários | 683 |
| 24.4 | Requisitos | 683 |
| 24.4.1 | Tempo de contribuição e pedágio de 40% | 683 |
| 24.4.2 | Idade mínima..... | 684 |
| 24.5 | Data de Início do Benefício (DIB)..... | 684 |
| 24.6 | Data de Cessação do Benefício (DCB)..... | 684 |
| 24.7 | Salário de Benefício | 684 |
| 24.8 | Renda Mensal Inicial (RMI)..... | 684 |
| 24.9 | Direito Adquirido à Aposentadoria Proporcional Previsto no art. 3.º da Emenda Constitucional 20/1998..... | 685 |
| 25 | APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.. | 686 |

| | | |
|--------|--|-----|
| 25.1 | Cabimento..... | 686 |
| 25.2 | Previsão Legal..... | 688 |
| 25.3 | Beneficiários | 688 |
| 25.4 | Requisitos..... | 688 |
| 25.5 | Procedimento para Constatação da Deficiência e do Seu Grau: o Índice de Funcionalidade Brasileiro Aplicado para Fins de Aposentadoria – IF-BRA | 689 |
| 25.6 | Tempo de Contribuição de Acordo com o Grau de Deficiência..... | 697 |
| 25.7 | Carência..... | 698 |
| 25.8 | Conversão entre Tempos Laborados em Graus de Deficiência Diversos e a apuração do Grau de Deficiência Preponderante | 699 |
| 25.9 | Conversão do Tempo Comum Laborado sem Deficiência para o Tempo Qualificado Trabalhado com Deficiência..... | 701 |
| 25.10 | Conversão do Tempo de Atividade Especial em Tempo de Contribuição para Fins de Concessão da Aposentadoria da Pessoa com Deficiência | 702 |
| 25.11 | Data de Início do Benefício (DIB)..... | 704 |
| 25.12 | Data de Cessação do Benefício (DCB)..... | 704 |
| 25.13 | Salário de Benefício (SB)..... | 704 |
| 25.14 | Renda Mensal Inicial (RMI) | 706 |
| 25.15 | Direito à Contagem Recíproca | 706 |
| 25.16 | Direito ao Melhor Benefício | 707 |
| 25.17 | Ordem Provisória de Prioridade na Avaliação da Perícia da Pessoa com Deficiência | 707 |
| 25.18 | Possibilidade de o Segurado com Deficiência Continuar Trabalhando Após Aposentado .. | 708 |
| 26 | APOSENTADORIA POR IDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA..... | 709 |
| 26.1 | Cabimento..... | 709 |
| 26.2 | Previsão Legal..... | 710 |
| 26.3 | Beneficiários | 710 |
| 26.4 | Requisitos..... | 710 |
| 26.4.1 | Idade mínima..... | 710 |
| 26.4.2 | Carência..... | 711 |
| 26.4.3 | Tempo mínimo de deficiência de 15 anos independente do grau | 713 |
| 26.5 | Aposentadoria voluntária híbrida da Pessoa com Deficiência..... | 713 |
| 26.6 | Aposentadoria Voluntária Rural do Segurado Especial com Deficiência | 714 |
| 26.7 | Procedimento para Constatação da Deficiência e do Seu Grau: o Índice de Funcionalidade Brasileiro Aplicado para Fins de Aposentadoria – IFBRA | 715 |
| 26.8 | Data de Início do Benefício (DIB)..... | 715 |
| 26.9 | Data de Cessação do Benefício (DCB)..... | 715 |
| 26.10 | Possibilidade de o Segurado com Deficiência Continuar Trabalhando Após Aposentado .. | 715 |
| 26.11 | Salário de Benefício (SB)..... | 715 |
| 26.12 | Renda Mensal Inicial (RMI) | 715 |
| 26.13 | Direito à Contagem Recíproca | 716 |
| 26.14 | Direito ao Melhor Benefício | 716 |
| 26.15 | Obrigações da Pessoa com Deficiência de Submeter-se a Revisões Periódicas..... | 716 |
| 27 | APOSENTADORIA ESPECIAL | 716 |
| 27.1 | Cabimento..... | 716 |
| 27.2 | Previsão Legal..... | 718 |
| 27.3 | Beneficiários | 718 |
| 27.3.1 | Ilegalidade na Limitação dos Segurados Beneficiários da Aposentadoria Especial Feita pelo art. 64 do Decreto 3.048/1999 | 719 |
| 27.4 | Requisitos – Regra Geral..... | 722 |
| 27.4.1 | Idade Mínima | 722 |
| 27.4.2 | Carência..... | 723 |

| | | |
|-----------|---|-----|
| 27.4.3 | Tempo de contribuição e efetiva exposição habitual e permanente a agentes nocivos por 15, 20 ou 25 anos | 723 |
| 27.5 | Possibilidade de Reconhecimento da Especialidade da Atividade Exercida Antes da Vigência da Lei 3.807/1960 | 726 |
| 27.6 | Regras para a Comprovação do Tempo Especial | 727 |
| 27.6.1 | Atividade especial realizada até 28.04.1995 | 727 |
| 27.6.2 | Atividade especial realizada a partir de 29.04.1995 até 05.03.1997 | 729 |
| 27.6.3 | Atividade especial realizada a partir de 06.03.1997 e Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) | 729 |
| 27.7 | Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT | 733 |
| 27.8 | Agente Nocivo Ruído | 735 |
| 27.8.1 | Picos de ruído versus média simples | 736 |
| 27.9 | Possibilidade de Reconhecimento da Periculosidade para Fins de Aposentadoria Especial | 737 |
| 27.9.1 | Eletricitários | 738 |
| 27.9.2 | Vigilantes e Guardas Municipais com ou sem arma de fogo | 739 |
| 27.9.3 | Contato Direto com Explosivos e Armamentos | 740 |
| 27.10 | Reconhecimento da Penosidade para Fins de Aposentadoria Especial | 740 |
| 27.10.1 | Motorista de caminhão e de ônibus | 742 |
| 27.11 | Médico | 742 |
| 27.12 | Professor | 743 |
| 27.12.1 | Aeronauta | 743 |
| 27.13 | Atividade Exercida Apenas na Lavoura | 744 |
| 27.14 | Uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI) e Descaracterização do Tempo Especial | 744 |
| 27.14.1 | Produção probatória para fins de desconsideração do resultado do PPP e comprovação da ineficácia do EPI | 748 |
| 27.14.2 | Agentes cancerígenos e o Decreto 10.410/2020 | 752 |
| 27.15 | Fator de Conversão Entre Tempos de Atividade | 753 |
| 27.15.1 | Conversão de tempo de atividade especial para outra atividade especial (preponderante) | 754 |
| 27.15.2 | Conversão de tempo de atividade especial para atividade comum | 755 |
| 27.15.2.1 | Possibilidade de conversão de tempo de atividade especial em comum após 28.05.1998 | 756 |
| 27.15.3 | Conversão de tempo de atividade comum para atividade especial | 757 |
| 27.16 | Data de Início do Benefício (DIB) | 758 |
| 27.17 | Data de Cessação do Benefício (DCB) | 758 |
| 27.18 | Proibição de Continuar a Exercer Atividade Especial | 759 |
| 27.19 | Salário de Benefício (SB) | 760 |
| 27.20 | Renda Mensal Inicial (RMI) | 761 |
| 27.21 | Regra de Transição do Art. 21 da EC 103/2019 (sistema de pontos da aposentadoria especial) | 761 |
| 27.22 | Decreto 10.410/2020 e o Reconhecimento da especialidade do tempo de afastamento nos casos de recebimento de auxílio-doença previdenciário | 763 |
| 28 | PRÁTICA PREVIDENCIÁRIA DAS APOSENTADORIAS (INCLUINDO A VOLUNTÁRIA, HÍBRIDA, DO PROFESSOR, DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E ESPECIAL) | 765 |
| 28.1 | Petição Inicial: Peça Processual Modelo (Concessão da Aposentadoria voluntária Urbana) | 765 |
| 28.2 | Valor da Causa | 767 |
| 28.3 | Requerimento de Produção de Provas | 767 |
| 28.4 | Pedido de Tutela Antecipada | 768 |
| 28.5 | Sentença e Tutela Específica da Obrigação | 768 |

| | | |
|--|---|------------|
| 28.6 | Agravo de Instrumento | 768 |
| 28.7 | Apelação: Fundamentos Jurídicos | 769 |
| 28.8 | Recurso Especial e Recurso Extraordinário | 769 |
| 28.9 | Cumprimento de Sentença | 769 |
| 29 | BENEFÍCIOS ESPECIAIS..... | 769 |
| 29.1 | Pensão Especial para as Vítimas da Talidomida | 769 |
| 29.2 | Aposentadoria ou Pensão ao Anistiado Político..... | 772 |
| 29.3 | Aposentadoria do Ex-Combatente da 2ª Guerra Mundial | 773 |
| 29.4 | Pensão dos Seringueiros (Soldados da Borracha) | 775 |
| 29.5 | Pensão das Vítimas da Hemodiálise de Caruaru | 775 |
| 29.6 | Pensão das Vítimas de Hanseníase | 776 |
| 29.7 | Auxílio Especial dos Campeões Mundiais de Futebol de 1958, 1962 e 1970..... | 777 |
| 29.8 | Pensão Especial às Vítimas do CESIO-137 em Goiânia | 777 |
| 29.9 | Pensão Especial às Vítimas de Microcefalia por Zika Vírus..... | 779 |
| 29.10 | Auxílio Emergencial (Lei 13.982/2020) | 780 |
| 30 | BENEFÍCIOS EXTINTOS | 782 |
| 30.1 | Pecúlio | 782 |
| 30.2 | Renda Mensal Vitalícia..... | 782 |
| 30.3 | Auxílio-Funeral | 783 |
| 30.4 | Auxílio-Natalidade..... | 783 |
| 30.5 | Abono de Permanência em Serviço..... | 783 |
| 30.6 | Aposentadorias Diferenciadas do Jornalista Profissional, do Jogador de Futebol Profissional, do Telefonista, do Juiz Classista, do Juiz Eleitoral e do Aeronauta..... | 784 |
| 31 | REGIME PREVIDENCIÁRIO DOS CONGRESSISTAS E REGRA DE TRANSIÇÃO DO ART. 14 DA EC 103/2019 | 785 |
| Capítulo V – PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA NO DIREITO PREVIDENCIÁRIO..... | | 787 |
| 1 | A DECADÊNCIA NO DIREITO PREVIDENCIÁRIO..... | 787 |
| 1.1 | Distinção entre o Ato de Concessão e o Ato de Revisão do Benefício Previdenciário e Âmbito de Incidência da Decadência..... | 787 |
| 1.2 | Previsão Legal do Prazo Decadencial..... | 790 |
| 1.3 | Fundamento Constitucional..... | 790 |
| 1.4 | Termo Inicial do Prazo Decadencial | 791 |
| 1.5 | Interrupção do Prazo Decadencial nos Casos de Requerimento Administrativo de Revisão do Benefício | 793 |
| 1.6 | Aplicação da Decadência aos Benefícios Concedidos Antes da Medida Provisória 1.523/97 Convertida na Lei 9.528/1997 | 794 |
| 1.7 | Decadência no caso de Questões Não Decididas no Procedimento Administrativo de Concessão do Benefício perante o INSS..... | 796 |
| 1.8 | Situações em que Não Se Aplica o Prazo Decadencial..... | 797 |
| 1.9 | Termo Inicial da Decadência no Caso de Existência de Reclamatória Trabalhista..... | 798 |
| 1.10 | Decadência do Direito do INSS de Revisar o Ato Administrativo Favorável ao Segurado ou Dependente | 798 |
| 1.10.1 | Decadência no caso de erro de cálculo da RMI pelo INSS na implantação do benefício | 799 |
| 1.10.2 | Decadência em face de omissão do INSS nos casos de silêncio administrativo..... | 800 |
| 1.11 | Direito ao Melhor Benefício e Incidência da Decadência | 801 |
| 1.12 | Prazo Decadencial de Revisão de Pensão por Morte mediante Modificação da RMI do benefício originário | 801 |
| 2 | PRAZO PRESCRICIONAL | 802 |
| 2.1 | Conceito, Previsão Legal e Finalidade..... | 802 |

| | | |
|---|--|------------|
| 2.2 | Prescrição no Direito Previdenciário e Súmula 85 do STJ | 802 |
| 2.3 | Termo Inicial da Incidência da Prescrição | 803 |
| 2.4 | Suspensão da Prescrição no Caso de Requerimento Administrativo | 804 |
| 2.5 | Interrupção da Prescrição | 806 |
| 2.6 | Prescrição nos Casos de Restabelecimento de Benefício Previdenciário por Incapacidade | 806 |
| 2.7 | Inaplicabilidade da Prescrição ao Direito dos Menores, Incapazes e Ausentes | 808 |
| Capítulo VI – REVISÕES PREVIDENCIÁRIAS | | 809 |
| 1 | REVISÃO DA VIDA TODA OU DA VIDA INTEIRA (CÔMPUTO DE TODO O PERÍODO CONTRIBUTIVO) | 809 |
| 1.1 | Cabimento | 809 |
| 1.2 | Entendimento Jurisprudencial | 812 |
| 1.3 | Pressuposto e Abrangência Temporal | 814 |
| 2 | RETROAÇÃO DA DIB (DIREITO ADQUIRIDO AO MELHOR BENEFÍCIO) | 814 |
| 2.1 | Cabimento | 814 |
| 2.2 | Entendimento Jurisprudencial | 815 |
| 2.3 | Pressuposto e Abrangência Temporal | 815 |
| 2.4 | Incidência da Decadência | 815 |
| 3 | REVISÃO DECORRENTE DE RECLAMATÓRIA TRABALHISTA SOBRE O VALOR DO SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO OU EM FACE DO RECONHECIMENTO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO | 817 |
| 3.1 | Cabimento | 817 |
| 3.2 | Entendimento Jurisprudencial | 817 |
| 3.3 | Pressuposto e Abrangência Temporal | 818 |
| 3.4 | Início do Prazo Decadencial | 818 |
| 4 | DESAPOSENTAÇÃO | 818 |
| 4.1 | Cabimento | 818 |
| 4.2 | Entendimento Jurisprudencial e a Desnecessidade de Devolução dos Valores Recebidos de Boa-Fé | 819 |
| 5 | DESPENSAO | 822 |
| 5.1 | Cabimento | 822 |
| 5.2 | Entendimento Jurisprudencial | 822 |
| 6 | TETO DOS BENEFÍCIOS CONFORME EMENDAS CONSTITUCIONAIS 20/1998 E 41/2003 | 822 |
| 6.1 | Cabimento | 822 |
| 6.2 | Entendimento Jurisprudencial | 823 |
| 6.3 | Pressuposto e Abrangência Temporal | 823 |
| 6.4 | Não Incidência da Decadência | 823 |
| 6.5 | Incidência sobre os Benefícios Concedidos Antes da CF/1988, bem como os Concedidos no Período do Buraco Negro | 823 |
| 6.6 | Interrupção da Prescrição | 828 |
| 7 | BURACO NEGRO | 828 |
| 7.1 | Cabimento | 828 |
| 7.2 | Revisão Feita Administrativamente | 828 |
| 7.3 | Pressuposto e Abrangência Temporal | 828 |
| 7.4 | Direito Adquirido ao Teto de 20 Salários Mínimos de Referência Previstos na Lei 6.950/1981 nos Benefícios Concedidos no Buraco Negro e a Aplicação do art. 144 da Lei 8.213/1991 | 828 |
| 8 | BURACO VERDE | 831 |
| 8.1 | Cabimento | 831 |
| 8.2 | Revisão Feita Administrativamente | 832 |

| | | |
|--|--|------------|
| 8.3 | Pressuposto e Abrangência Temporal | 832 |
| 9 | REVISIONAL DO ART. 29, § 5.º, C/C ART. 55, II, AMBOS DA LEI 8.213/1991 | 832 |
| 9.1 | Cabimento..... | 832 |
| 9.2 | Entendimento Jurisprudencial..... | 832 |
| 9.3 | Impossibilidade de Aplicação do art. 36, § 7.º, do Decreto 3.048/1999 nos Casos de Limitação do Salário de Benefício do Auxílio-Doença nos Termos da Lei 13.135/2015 | 833 |
| 9.4 | Pressuposto e Abrangência Temporal | 834 |
| 10 | REVISÃO PELO ART. 29, II, DA LEI 8.213/1991 | 834 |
| 10.1 | Cabimento..... | 834 |
| 10.2 | Entendimento Jurisprudencial..... | 836 |
| 10.3 | Pressuposto e Abrangência Temporal | 836 |
| 10.4 | Interrupção da Prescrição | 836 |
| 10.5 | Ação Civil Pública e Possibilidade de Propositura de Ação Individual..... | 837 |
| 11 | OTN/ORTN..... | 837 |
| 11.1 | Cabimento..... | 837 |
| 11.2 | Entendimento Jurisprudencial..... | 838 |
| 11.3 | Pressuposto e Abrangência Temporal | 838 |
| 11.4 | Não Incidência da Decadência..... | 838 |
| 12 | IRSM | 838 |
| 12.1 | Cabimento..... | 838 |
| 12.2 | Entendimento Jurisprudencial..... | 838 |
| 12.3 | Pressuposto e Abrangência Temporal | 839 |
| 12.4 | Não Incidência da Decadência..... | 839 |
| 13 | REAPOSENTAÇÃO | 839 |
| 13.1 | Cabimento..... | 839 |
| 13.2 | Entendimento Jurisprudencial..... | 839 |
| Capítulo VII – PROCESSO JUDICIAL PREVIDENCIÁRIO | | 841 |
| 1 | TEORIA GERAL: FLEXIBILIZAÇÃO DA APLICAÇÃO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL..... | 841 |
| 1.1 | Ausência de Prova Apta para a Constituição do Direito: Sentença Sem Julgamento do Mérito e Flexibilização da Coisa Julgada | 841 |
| 1.2 | Prova Diabólica e Distribuição Dinâmica do Ônus Probatório no Direito Previdenciário..... | 844 |
| 1.3 | Relativização do Princípio da Congruência entre o Pedido e a Sentença: Princípio da Função da Tutela Previdenciária..... | 846 |
| 2 | COMPETÊNCIA NAS LIDES PREVIDENCIÁRIAS | 847 |
| 2.1 | Justiça Federal..... | 848 |
| 2.1.1 | Competência do Juízo Federal Ordinário (Comum) | 848 |
| 2.1.2 | Competência do Juízo do Juizado Especial Federal (JEF) | 849 |
| 2.2 | Justiça Estadual..... | 850 |
| 2.2.1 | Competência Originária do Juízo Estadual para as Ações Acidentárias | 851 |
| 2.2.2 | Competência Delegada Previdenciária da Justiça Federal..... | 853 |
| 2.3 | Competência no caso de Cumulação de Pedidos na Ação Previdenciária com o Dano Moral..... | 859 |
| 2.4 | Competência para julgamento de Pensão por Morte decorrente de Acidente do Trabalho | 861 |
| 2.5 | Competência para o julgamento de Mandado de Segurança que verse sobre Benefício Acidentário | 863 |
| 2.6 | Competência para o julgamento de Ação Previdenciária envolvendo a aplicação do Nexo Técnico Epidemiológico (NTEP) | 864 |
| 2.7 | Competência para Expedição de Alvará nas Demandas Previdenciárias | 865 |
| 2.8 | Competência para Julgamento de Ação Acidentária Envolvendo Segurado Especial..... | 866 |

| | | |
|----|--|-----|
| 3 | VALOR DA CAUSA | 866 |
| 4 | APLICAÇÃO DAS REGRAS DO CPC ÀS LIDES PREVIDENCIÁRIAS DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL (JEF)..... | 867 |
| 5 | PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO E PRETENSÃO RESISTIDA | 868 |
| 6 | TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA (CAUTELAR OU ANTECIPADA) E DE EVIDÊNCIA NAS AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS..... | 868 |
| | 6.1 Conceito | 868 |
| | 6.2 Requisitos..... | 870 |
| | 6.3 Procedimento | 871 |
| | 6.4 A Estabilização da Tutela Antecipada Concedida de Forma Antecedente..... | 873 |
| 7 | CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA O INSS: ALTERAÇÕES TRAZIDAS PELO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL..... | 876 |
| | 7.1 Apresentação dos Cálculos Discriminados e Atualizados..... | 877 |
| | 7.2 Defesa Processual do INSS: A Impugnação | 877 |
| | 7.3 Execução Invertida | 879 |
| 8 | TUTELA ESPECÍFICA FUNDADA EM OBRIGAÇÃO DE FAZER NAS AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS..... | 879 |
| | 8.1 Cumprimento da Tutela Específica na Pendência de Apelação..... | 881 |
| | 8.2 Impossibilidade de Devolução de Valores Recebidos a Título de Tutela Específica | 882 |
| 9 | REAFIRMAÇÃO DA DER NAS AÇÕES JUDICIAIS..... | 883 |
| | 9.1 Efeitos Financeiros da Reafirmação da DER e o decidido no Tema 995 do STJ | 887 |
| 10 | AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU MEDIAÇÃO PRELIMINAR NAS LIDES PREVIDENCIÁRIAS..... | 889 |
| 11 | HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NAS AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS..... | 891 |
| | 11.1 Destaque de Honorários Sucumbenciais | 893 |
| | 11.2 Destaque de Honorários Contratuais..... | 894 |
| | 11.3 Honorários Advocatícios na Fase de Cumprimento de Sentença Contra o INSS..... | 896 |
| 12 | HONORÁRIOS PERICIAIS | 897 |
| 13 | CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA DAS CONDENAÇÕES IMPOSTAS AO INSS | 898 |
| 14 | JUSTIÇA GRATUITA | 901 |
| 15 | AÇÕES COLETIVAS EM MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA | 903 |
| | 15.1 Legitimidade Ativa do Ministério Público em Ação Civil Pública Previdenciária | 903 |
| | 15.2 Possibilidade de Controle de Constitucionalidade..... | 904 |
| | 15.3 Âmbito de Alcance dos Efeitos da Decisão | 905 |
| | 15.4 Execução Individual do Título Executivo Judicial Formado na Ação Coletiva..... | 906 |
| | 15.5 Honorários Advocatícios e Periciais nas Ações Civil Públicas | 906 |
| 16 | AÇÃO RESCISÓRIA PREVIDENCIÁRIA FUNDADA EM PROVA NOVA PARA OS TRABALHADORES RURAIS..... | 907 |
| 17 | REEXAME NECESSÁRIO E SUA APLICAÇÃO NAS AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS EM FACE DO CPC | 908 |
| | 17.1 <i>Reformatio in Pejus</i> no Reexame Necessário nas Ações Previdenciárias..... | 909 |
| 18 | DANO MORAL PREVIDENCIÁRIO..... | 910 |
| 19 | AÇÃO REGRESSIVA EM MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA..... | 911 |
| 20 | NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR)..... | 913 |
| 21 | SISTEMÁTICA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS PREVIDENCIÁRIOS... | 915 |
| 22 | RECURSOS CABÍVEIS NO RITO COMUM PREVIDENCIÁRIO | 918 |
| 23 | COMPENSAÇÃO DE VALORES NO CASO DE RECEBIMENTO DE BENEFÍCIOS INACUMULÁVEIS..... | 918 |

| | |
|---|------------|
| Capítulo VIII – PROCESSO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO | 921 |
| 1 REQUERIMENTO PRÉVIO DE CONCESSÃO, CONVERSÃO OU RESTABELECIMENTO DE BENEFÍCIO | 921 |
| 2 PEDIDO DE CORRETA FIXAÇÃO DA DER..... | 923 |
| 3 PEDIDO ADMINISTRATIVO DE REAFIRMAÇÃO DA DER | 924 |
| 4 PEDIDO DE PRORROGAÇÃO (PP) E PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO (PR) EM AUXÍLIO-DOENÇA | 925 |
| 5 PEDIDO DE RETIFICAÇÃO DE DADOS NO CNIS..... | 928 |
| 6 JUSTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA (JA)..... | 928 |
| 7 PEDIDO ADMINISTRATIVO DE REVISÃO | 929 |
| 8 ESTRUTURA RECURSAL DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO | 929 |
| 8.1 Órgãos Administrativos no Âmbito Recursal | 930 |
| 8.2 Espécies de Recursos Administrativos | 932 |
| 8.2.1 Recurso ordinário | 932 |
| 8.2.2 Recurso especial | 932 |
| 8.2.3 Pedido de uniformização de jurisprudência..... | 933 |
| 8.2.4 Reclamação | 935 |
| 8.2.5 Embargos de declaração..... | 935 |
| 8.3 Forma de Contagem dos Prazos nos Recursos Administrativos | 936 |
| 8.4 Disposições Comuns dos Recursos Administrativos..... | 936 |
| 8.5 Revisão de Acórdão | 940 |
| 8.6 Conflito de Competência..... | 940 |
| 9 PROGRAMA PERMANENTE DE REVISÃO DA CONCESSÃO E DA MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS | 940 |
| 9.1 Obrigação dos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais..... | 942 |
| 10 PROGRAMA ESPECIAL PARA ANÁLISE DE BENEFÍCIOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE..... | 943 |
| 10.1 Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios (BMOB) | 945 |
| 11 PROGRAMA DE REVISÃO DE BENEFÍCIOS POR INCAPACIDADE..... | 946 |
| 11.1 Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade (BPMBI) | 946 |
| 12 INSS DIGITAL E MEU INSS | 948 |
| 13 LEI 13.846/2019 E ACESSO DE DADOS DO SEGURADO E DO DEPENDENTE EM ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS | 949 |
| 14 RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA DO SERVIDOR DO INSS..... | 950 |
| 15 LEI 13.846/2019 E POSSIBILIDADE DE REQUERER O BENEFÍCIO NO CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS | 951 |
| 16 DECRETO 10.410/2020: DECISÃO ADMINISTRATIVA SEM ANÁLISE DO MÉRITO E A LIMITAÇÃO DO RECURSO AO CRPS | 951 |
| 17 DECRETO 10.410/2020: APRESENTAÇÃO TARDIA DE DOCUMENTO E ALTERAÇÃO DA DATA Da ENTRADA DO REQUERIMENTO (DER)..... | 952 |
| 18 DECRETO 10.410/2020: CRIAÇÃO DA SÚMULA ADMINISTRATIVA NO INSS APÓS CONCLUSÃO DE TEMA REPETITIVO DECIDIDO PELO STF OU PELO STJ | 953 |
| 19 PRAZO PARA CONCLUSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO: O ACORDO HOMOLOGADO NO STF NO TEMA 1.066 DA REPERCUSSÃO GERAL | 954 |
| Capítulo IX – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS | 955 |
| 1 CARACTERÍSTICAS: CONTRIBUTIVO, SOLIDÁRIO, DE REPARTIÇÃO SIMPLES E NECESSIDADE DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO | 955 |

| | | |
|-------|---|------|
| 2 | COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE SOBRE PREVIDÊNCIA SOCIAL E AS NORMAS TRAZIDAS PELA EC 103/2019 | 957 |
| 2.1 | Equivalência entre Normas do RGPS e RPPS e a Limitação do rol dos Benefícios Custeados pelos Regimes Próprios | 961 |
| 3 | UNICIDADE DO RPPS POR CADA ENTE ESTATAL | 961 |
| 3.1 | Regras aplicáveis aos Fundos Previdenciários dos Regimes Próprios nos termos da Lei 13.846/2019 | 964 |
| 3.2 | Compensação Financeira no caso de Contagem Recíproca | 966 |
| 4 | BENEFICIÁRIO DO RPPS | 968 |
| 5 | APOSENTADORIAS EM ESPÉCIE: CONFORME A REGRA GERAL DO ART. 40 DA CF/88 E AS ALTERAÇÕES DA EC 103/2019 | 969 |
| 5.1 | Aposentadoria Voluntária Comum – Regra Geral: Art. 10 da EC 103/2019 | 969 |
| 5.1.1 | Forma de cálculo da aposentadoria, salário de benefício e reajustes periódicos | 972 |
| 5.2 | Aposentadoria Compulsória | 975 |
| 5.3 | Aposentadoria por Incapacidade Permanente | 977 |
| 5.3.1 | Regra de Transição do Art. 6.º-A da EC 41/2003 incluída pela EC 70/2012 e sua revogação pela EC 103/2019 | 979 |
| 5.4 | Aposentadoria Voluntária Especial – Regra Geral: Art. 10 da EC 103/2019 | 982 |
| 5.4.1 | Aposentadoria do servidor exposto a agentes químicos, físicos e biológicos | 983 |
| 5.4.2 | Aposentadoria do Servidor com Deficiência | 988 |
| 5.4.3 | Aposentadoria do policial, do agente penitenciário e do agente socioeducativo | 992 |
| 5.4.4 | Aposentadoria do Professor | 995 |
| 6 | REGRAS DE TRANSIÇÃO EXISTENTES NO RPPS ANTES DA VIGÊNCIA DA EC 103/2019 | 997 |
| 6.1 | Servidores que ingressaram no Serviço Público até 16.12.1998 | 998 |
| 6.1.1 | Regra de transição revogada: Art. 8.º da EC 20/1998 | 998 |
| 6.1.2 | Regra de transição: Art. 2.º da EC 41/2003 | 1000 |
| 6.1.3 | Regra de transição: Art. 6.º da EC 41/2003 | 1001 |
| 6.1.4 | Regra de transição: Art. 3.º da EC 47/2005 | 1003 |
| 6.2 | Servidores que ingressaram no Serviço Público após 16.12.1998 até 31.12.2003 | 1005 |
| 6.2.1 | Regra de transição: Art. 6.º da EC 41/2003 | 1005 |
| 6.3 | Servidores que ingressaram no Serviço Público a partir de 01.01.2004 | 1006 |
| 6.4 | Mudança de Cargo com Continuidade no Serviço Público | 1007 |
| 7 | REGRAS DE TRANSIÇÃO ESTABELECIDAS PELA EC 103/2019 PARA O RPPS DA UNIÃO | 1007 |
| 7.1 | Aposentadoria Voluntária Comum | 1008 |
| 7.1.1 | Regra de Transição: Art. 4 da EC 103/2019 (sistema de pontos) | 1008 |
| 7.1.2 | Regra de Transição: Art. 20 da EC 103/2019 (pedágio de 100%) | 1013 |
| 7.2 | Aposentadoria Voluntária Especial | 1017 |
| 7.2.1 | Exposição a Agentes Físicos, Químicos e Biológicos – Regra de Transição: Art. 21 da EC 103/2019 | 1017 |
| 7.2.2 | Policial, Agente Penitenciário e Agente Socioeducativo – Regras de Transição: Art. 5.º, <i>caput</i> e § 3.º, da EC 103/2019 | 1019 |
| 7.2.3 | Professor – Regras de Transição: Arts. 4.º, § 4.º, e 20, § 1.º, da EC 103/2019 | 1023 |
| 8 | ABONO DE PERMANÊNCIA | 1026 |
| 8.1 | EC 47/2005 e Direito ao Abono de Permanência | 1030 |
| 9 | PENSÃO POR MORTE | 1031 |
| 9.1 | EC 41/2003, Fim da Integralidade: Redutor de 30% do Valor que Ultrapassar o Teto do RGPS e as Alterações Realizadas pela EC 103/2019 | 1032 |
| 9.2 | Incoerência Normativa Provocada por Erro do Legislador Constituinte Derivado: O caso dos incisos não revogados do § 7.º, art. 40 da CF/88 | 1035 |

| | | |
|--------|---|-------------|
| 9.3 | Novo Cálculo da Pensão por Morte Disciplinada pela EC 103/2019 e a Regra Excepcional Se Houver Dependente Inválido ou com Deficiência | 1038 |
| 9.4 | Possibilidade de o Valor da Pensão por Morte ser abaixo de 1 salário mínimo se o dependente tiver renda formal..... | 1043 |
| 9.5 | Valor Diferenciado da Pensão no caso de óbito de Policial, Agente Penitenciário ou Socioeducativo decorrente de agressão no exercício ou em razão da função | 1045 |
| 9.6 | EC 41/2003, Regra da Paridade e Mudanças Realizadas pela EC 103/2019..... | 1046 |
| 9.7 | Dependentes | 1047 |
| 9.8 | Lei 13.135/2015 e Suas Alterações no RPPS..... | 1051 |
| 9.9 | Lei 13.846/2019 e o prazo de recebimento da Pensão por Morte pela ex-cônjuge ou ex-companheira(o) | 1055 |
| 9.10 | Lei 13.846/2019 e alteração do termo inicial da Pensão Por Morte | 1056 |
| 10 | ACUMULAÇÃO DOS BENEFÍCIOS..... | 1057 |
| 10.1 | Abate Teto nos Casos de Recebimento Acumulado de Proventos de Aposentadoria ou Remuneração de Cargo Público e Pensão | 1063 |
| 11 | ASPECTOS RELACIONADOS AO CUSTEIO DO RPPS..... | 1065 |
| 11.1 | Contribuição dos Servidores | 1065 |
| 11.2 | Contribuição dos Inativos..... | 1071 |
| 11.2.1 | Contribuição dos inativos com doença incapacitante..... | 1074 |
| 11.3 | Contribuição dos Entes Federados | 1075 |
| 11.3.1 | Base de cálculo da contribuição previdenciária da União com base no princípio da solidariedade..... | 1076 |
| 12 | PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS | 1077 |
| 12.1 | Natureza Jurídica das Entidades da Previdência Complementar Pública..... | 1079 |
| 12.2 | Marco Temporal da Vigência do Regime de Previdência Complementar Público..... | 1080 |
| 12.3 | Benefício Especial | 1084 |
| 12.3.1 | Natureza jurídica | 1084 |
| 12.3.2 | Forma de cálculo | 1086 |
| 12.3.3 | Inconstitucionalidade do cálculo do fator de conversão (FC) | 1088 |
| 12.3.4 | Direito de Opção aos Servidores que ingressaram no Serviço Público Antes de Instituição do Regime de Previdência Complementar | 1090 |
| 12.3.5 | Disposições aplicáveis ao benefício especial..... | 1091 |
| 12.3.6 | Benefício Especial: Norma de Reprodução Obrigatória pelo Regime de Previdência Complementar instituído pelos Estados, Distrito Federal e Municípios..... | 1094 |
| 12.4 | Regras Gerais do FUNPRESP Trazidas pela Lei 10.618/2012..... | 1096 |
| 13 | CONTAGEM RECÍPROCA NO RPPS..... | 1098 |
| | REFERÊNCIAS | 1099 |